



MEMÓRIA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Data: 10 de fevereiro de 2021

Horário: 14h30

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME, 9º andar, Brasília-DF

1 - ABERTURA

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, José Roberto Bueno Junior, dando início aos trabalhos discorreu sobre os assuntos da pauta, passando, em seguida, a palavra ao Presidente do CNPE, Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que cumprimentou as autoridades presentes e as demais que participaram por meio eletrônico de videoconferência, ao tempo que destacou, entre os leilões previstos para 2021, os leilões dos campos de Sépia e Atapu dos excedentes da cessão onerosa, projeto que contará com investimentos da ordem de R\$ 204 bilhões, com expectativa de resultados extremamente promissores.

2 – MATÉRIA PARA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO

O Secretário-Executivo do CNPE, de acordo com os termos regimentais, passou a palavra ao Secretário de Energia Elétrica, Rodrigo Limp, que fez uma breve introdução do tema e passou a palavra para o Diretor Rodrigo Daniel Mendes Fornari, que apresentou proposta de resolução que “Institui Grupo de Trabalho - GT para estabelecer diretrizes sobre segurança cibernética no Setor Elétrico que abordem aspectos relativos à prevenção, tratamento, resposta a incidentes e resiliência sistêmica”.

Iniciou a apresentação, destacando que o crescimento da transformação digital de serviços de energia elétrica pelas empresas e entidades públicas abriu espaço, com mais frequência, para a ocorrência de ataques cibernéticos, confirmando a necessidade de implantação de medidas que garantam maior segurança para o setor.

Informou que foram identificados 5 (cinco) ataques cibernéticos, no ano de 2020 e 2 (dois) em 2021, a empresas do setor elétrico, sem consequências diretas para a operação do sistema elétrico e sem danos para o seu fornecimento. Salientou ainda, que foram implementadas ações por parte do Operador Nacional do Sistema – ONS; Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Ministério de Minas e Energia – MME, com o objetivo de prevenir e minimizar os efeitos dos ataques, as quais, embora isoladas, tem correlação com a política pública definida pelo MME, quando da criação do Comitê de Governança Digital.

Segundo o Diretor, o Grupo de Trabalho - GT tem por objetivo estabelecer diretrizes sobre segurança cibernética no setor elétrico, que abordem aspectos relativos à prevenção, tratamento, resposta a incidentes e resiliência sistêmica e terá a participação de representantes do Gabinete de Segurança Institucional - GSI; Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS; Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Empresa de Pesquisa Energética - EPE; e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, o grupo será coordenado pelo MME e contará com apoio de especialistas representantes de órgãos e entidades da sociedade civil, tendo um prazo de 60 (sessenta) dias para submeter relatório final ao CNPE.

Na sequência, o Secretário-Executivo do CNPE realizou a leitura da proposta de resolução, passando, em seguida, a palavra aos Conselheiros para apresentação de contribuições.

Ato contínuo, os membros do Conselho aprovaram, por unanimidade, a resolução proposta em conformidade com os termos do Acórdão nº 816 - TCU – Plenário, de 18 de abril de 2018.

Dando prosseguimento aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CNPE passou a palavra a Senhora Agnes Maria de Aragão da Costa, da Secretária-Executiva do Ministério de Minas e Energia, que apresentou proposta de resolução que “Estabelece orientações sobre pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor de energia no País”.

Iniciou a apresentação informando que trata-se de uma proposta alinhada com uma solução mais estruturante e de longo prazo, em desenvolvimento pelos Ministérios de Minas e Energia e de Ciência, Tecnologia e Inovações, que buscará o estabelecimento de uma governança das atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação nos setores de Mineração e Energia.

Esclareceu que a proposta orienta a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, que priorizem a destinação dos recursos de pesquisa e desenvolvimento e inovação regulados por essas Agências, aos seguintes temas afetos ao setor de energia: hidrogênio; energia nuclear; biocombustíveis; armazenamento de energia; tecnologias para a geração termelétrica sustentável; transformação digital; e minerais estratégicos para o setor energético.

Na sequência, o Secretário-Executivo do CNPE fez a leitura da proposta de resolução e concedeu a palavra aos Conselheiros para apresentação de contribuições.

Ato contínuo, os membros do Conselho aprovaram, por unanimidade, a resolução proposta em conformidade com os termos do Acórdão nº 816 - TCU – Plenário, de 18 de abril de 2018.

3 – MATÉRIA PARA APRESENTAÇÃO

Dando prosseguimento, o Secretário-Executivo do CNPE passou a palavra ao Assessor da Assessoria de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais do Gabinete do Ministro, João de Amorim Litaiff Júnior, que apresentou o “Relatório do Grupo de Trabalho sobre a Segurança dos Ativos de Petróleo e Gás nas Águas Jurisdicionais Brasileiras – AJB”.

Iniciou a apresentação informando que o relatório tem classificação sigilosa - “reservado”. Salientou que o Grupo de trabalho foi instituído pela Resolução CNPE nº 1, de fevereiro de 2020, com objetivo de realizar diagnóstico dos sistemas de segurança, proteção e monitoramento das áreas e ativos utilizados na exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, localizados nas Águas Jurisdicionais Brasileiras - AJB.

Informou que o GT foi coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e contou com representantes do Ministério das Relações Exteriores - MRE, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI, da Marinha do Brasil - MB, da Força Aérea Brasileira – FAB, e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. O relatório foi distribuído, por intermédio de dispositivo de armazenamento móvel – Pendrive, aos membros do Conselho.

Na sequência dos trabalhos, o Secretário-Executivo do CNPE passou a palavra ao Secretário-Executivo Adjunto da Secretária-Executiva do Ministério de Minas e Energia, Bruno Eustáquio Ferreira Castro de Carvalho, que fez uma apresentação sobre a “Atualização da estruturação da licitação dos volumes excedentes ao contrato de Cessão Onerosa”.

Iniciou a apresentação informando que a atualização tem classificação sigilosa - “reservado”. Destacou o compromisso do governo em realizar a licitação, prevista para o 4º trimestre de 2021, considerando, como elementos fundamentais, a transparência, a rastreabilidade, o aumento da atratividade, a redução de incertezas e a segurança jurídica do processo.

O Secretário apresentou aos membros do Conselho, a governança do processo, a negociação e a aprovação, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, das participações dos contratos de cessão onerosa e partilha de produção nas jazidas de Sépia e Atapu acordadas entre Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA e Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras.

4 - ASSUNTOS GERAIS

O Secretário-Executivo do CNPE, José Roberto Bueno Junior, informou que foi encaminhada previamente para apreciação dos Conselheiros, a minuta da Memória da 39ª Reunião Ordinária, realizada em 9 de dezembro de 2020, e como não houve nenhuma manifestação dos Conselheiros, considera-se aprovada a Memória por unanimidade.

Fez um relato e deu conhecimento aos membros do Conselho dos seguintes acórdãos do Tribunal de Contas da União: Acórdão nº 3153/2020-TCU-Plenário; Acórdão nº 4529/2020-TCU-Plenário; e Acórdão nº 98/2021-TCU-Plenário.

Finalizando, informou que foi distribuído aos Conselheiros, previamente à reunião, o Relatório Trimestral do Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural – 4º Trimestre de 2020, para conhecimento e avaliação.

Na sequência, passou a palavra a Secretária-Executiva do Ministério de Minas e Energia, Marisete Fátima Dadald Pereira, para suas considerações finais.

A Secretária-Executiva, em nome do Presidente do Conselho, Ministro Bento Albuquerque, agradeceu a presença de todos os membros do Conselho e demais participantes e ressaltou a performance do Colegiado na deliberação dos temas de grande relevância para o País.

Com essas considerações, a reunião foi encerrada pelo Secretário-Executivo do CNPE, José Roberto Bueno Junior, com registro do agradecimento a todos os presentes.